



*Handwritten signature and initials:*  
12.05.11  
JCS  
AMH

ACTA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2011  
DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e onze, no Centro Cultural, em Paredes de Coura, pelas dezassete horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia após cumprimentar todo o plenário passou de imediato ao ponto único da Ordem de Trabalhos.-----

- Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Tratamento de Efluentes em Baixa no Alto Minho, apresentação e discussão de alternativas à forma organizatória e debate sobre o futuro do sector.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que, o Membro José Carlos de Eça Dias Membro da Assembleia Municipal de Monção, eleito pelo Partido Socialista, comunicou a sua renúncia neste órgão via e-mail em doze de Maio de dois mil e onze e, posteriormente confirmado, em vinte de Maio de dois mil e onze através do documento original devidamente assinado, informando que o Membro José Adriano Monteiro Alves em face da renúncia do Membro, José Carlos de Eça Dias, adquire a partir desta data a qualidade de Membro efectivo da Assembleia Intermunicipal, tendo em conta o facto de ser o primeiro Membro suplente da lista apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na sessão da Assembleia Municipal de Monção, realizada a trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, tendo em vista a eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM da Alto Minho, conforme certidão de dezasseis de Maio de dois mil e onze. (Doc. 14/2011) -----

--- O Senhor Presidente verificou que estavam presente 41 Membros, do universo de 48 Membros que constituem esta Assembleia, verificando-se as seguintes substituições: o Membro Alberto Luís de Oliveira Vilas comunicou a sua substituição pela Membro Paula Alexandra Melim Santos Natal Araújo, que por sua vez não esteve presente, o Membro José Carlos Eça Dias que se fez substituir pelo Membro José Adriano Alves, o Membro Abel Lima Baptista que se fez substituir pela Membro Luísa Maria Gomes Teixeira Jorge, o Membro Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Moraes que se fez substituir pelo Membro Jorge Filipe Lima e a Membro Maria João Vassalo Abreu que se fez substituir pelo Membro José António de Sousa Rocha. A Membro Ana



*Handwritten signature: R. Soares*

Maria Ribeiro Novo Antunes comunicou a sua impossibilidade de estar presente. Verificando-se a não comparência, sem comunicação prévia dos seguintes Membros: José Carlos Coelho Resende da Silva, Ricardo Miguel Rodrigues Gomes, Maria Emília Sousa Cerqueira, Rosa Maria Pereira Araújo Arezes e Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, depois das devidas intervenções efectuadas daria um primeiro tempo de perguntas aos Membros da Assembleia Intermunicipal e posteriormente um segundo tempo de perguntas e questões que queiram colocar a todo o público presente.-----

--- Após agradecer ao Senhor Presidente de Paredes de Coura a forma como foram recebidos e ao Dr. Poças Martins por aceitar o convite da Assembleia para estar presente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para fazer a respectiva introdução do único ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Rui Solheiro – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que como é do conhecimento geral existe uma Empresa Intermunicipal há mais de dez anos em parceria com as Águas de Portugal, que começou por se chamar Águas do Minho e Lima e que recentemente foi alargada para, em conjunto com as Águas do Cávado e do Ave, se transformar nas Águas do Noroeste. --

--- Mencionou que, foi uma fase de investimento em alta, quer em água quer em saneamento, que foi um processo que se foi arrastando e que previa investimentos de muitos milhões de euros nestas duas áreas, mas que se arrastou, os próprios contratos desde o início não foram rigorosamente cumpridos, principalmente no que diz respeito ao prazo e que enquanto foi feito o investimento estiveram atentos, para serem feitos de uma forma equilibrada pelos Municípios, embora numa outra fase, fosse necessário começar a pôr a funcionar as redes em baixa, implicando a definição de novas tarifas que começam a preocupar toda a gente, ou seja, nos últimos 2/3 anos começaram a reflectir como iria ser o futuro, se a CIM integrasse também na baixa as novas Águas do Noroeste, ou seja, a parceria com as Águas de Portugal e a que preço é que poderia sair, não aos Municípios, mas essencialmente aos Municípios.-----

--- Acrescentou também, que as alternativas não são muitas. Ou se aderiria às Águas do Noroeste ou se mantinham como estavam, em que cada Município tratava deste assunto individualmente, que também parecia solução por falta de sustentabilidade do próprio sistema, ou então avançarem por uma outra solução e talvez a mais viável, que era os dez Municípios em conjunto criarem uma Empresa Intermunicipal com uma gestão rigorosa, procurarem que os preços das tarifas fossem suportáveis pela população. Acrescentou que esse trabalho foi feito Município a Município, pelos técnicos dos próprios Municípios, mas que chegou a uma fase em que tiveram que dar um salto em termos de assessorias capazes de ajudarem no processo, prestigiada pelas diversas áreas, no qual estão presentes na reunião representantes da KPMG,



**cim alto minho**  
comunidade Intermunicipal do minho-lima

Rua Bernardo Abrunhosa, nº 105  
4900-309 Viana do Castelo

Tel. +351 258 800 200  
Fax. +351 258 800 220

e-mail: geral@cim-altominho.pt  
www.cim-altominho.pt

que tem colaborado com a CIM mais na área dos estudos económicos e um especialista em Águas, Saneamento e Ambiente que é o Professor Joaquim Poças Martins.-----

--- Referiu que, tinham já um conjunto de elementos que podem ser uma boa base para uma discussão mais alargada e que o procedimento mais natural seria o Executivo chegar a um acordo, fazerem uma proposta de Estatutos da criação da Empresa de acordo parassocial, fazer tudo o que fosse necessário para depois levarem ao Executivo, seguidamente às Câmaras, às Assembleia Municipais e por fim à Assembleia Intermunicipal. O Senhor Presidente do Conselho Executivo esclareceu que não o fizeram pois acharam que este tema e a sua delicadeza era merecedora de uma reunião prévia, onde não era para deliberar nada, mas para procurar esclarecimentos.-----

--- Referiu que, uma equipa técnica que irá fazer uma primeira apresentação do trabalho já realizado, os caminhos apontados e depois estarão à disposição de todos, para colocarem todas as questões que considerem úteis esclarecer num processo tão delicado.-----

Professor Poças Martins – Após cumprimentar todos os presentes, agradeceu as palavras do Senhor Presidente do Conselho Executivo e referiu que é com imenso gosto que tem vindo a trabalhar em conjunto com as Câmaras do Alto Minho, com a CIM Alto Minho. Procurando fazer perceber, com grande pormenor, com os técnicos municipais e sempre sob supervisão dos Senhores Presidentes de Câmara, qual a realidade do Minho, as ameaças existentes e que na prática impedem que as coisas continuem como estão, ou seja, não é possível continuar a manter, a partir de 2012, os sistemas como estão, pois a legislação é diferente e obriga a alterações profundas. Acrescentou que a questão que se põe é saber quais as alternativas possíveis e qual será a melhor alternativa.-----

--- Prosseguiu, referindo que, têm agora uma Entidade reguladora, ou seja, até à data cada Câmara manda nos seus sistemas de água, decidem o que se pode fazer, tentando candidatar-se a fundos comunitários, para obter ajudas, no sentido de a tarifa ser mais baixa e posteriormente a própria Câmara define qual a tarifa a aplicar. Acrescentou que, existe um problema grave na maior parte do país e, que se concentra no Minho, o facto de terem muitas câmaras pequenas. -----

--- Referiu ainda, que em Portugal existem 308 Câmaras Municipais, 200 das quais têm menos de 20 mil habitantes. Acrescentou ainda que, para todas essas câmaras relativamente pequenas, teria que haver uma solução de se agruparem, caso contrário, não seria possível continuar a prestar o serviço com a qualidade que a legislação cada vez mais exigente obriga, quer de água quer de saneamento. Referiu também que por outro lado, os custos para as Câmaras pequenas é muito elevado, nalguns casos não se nota, porque as Câmaras subsidiam o serviço, ou então porque o serviço ainda não chega a todos os locais.-----

--- Informou que a partir de 2012 há uma Entidade Gestora - ERSAR, entidade reguladora, que



*Handwritten signature: M. H. Viana do Castelo*

vai para além das Câmaras, que vai intervir na fixação da tarifa e vai analisar ao pormenor o que se passa em cada uma. Referiu que esse exame feito por uma entidade independente não pode deixar de concluir que muitos dos actuais sistemas têm de ser fortemente remodelados não tem viabilidade, pois têm de ser fortemente remodelados, ampliados, melhorados, o que obriga a custos muito superiores, em que alguns casos muito dificilmente será possível prestar um serviço que a UE exige em termos de abastecimento de água e saneamento. -----

--- Mencionou que, a partir de 2012 essa Entidade terá regras próprias e prevendo essa situação, as Câmaras já há algum tempo que se vêem preparando para essa mudança. Acrescentou ainda, que, essa mudança começou por ser de origem política, depois técnica e que neste momento está na fase da decisão, que é política e exige uma ampla participação, porque toda a gente tem uma opinião sobre a água, pois esta afecta todos. Todos os representantes políticos presentes vão ter que dar uma resposta e vão ter que se sentir bem confortáveis com a decisão que virá a ser tomada para o Minho e para cada uma das Câmaras.--

--- Para terminar, referiu que, o objectivo desta reunião seria trocar opiniões, críticas para terem a certeza que conseguem analisar o problema em toda a sua profundidade e tentar antecipar as respostas às perguntas por mais difíceis que elas sejam, pois sobre a água toda a gente tem questões a apresentar, todos querem um serviço de qualidade a baixo custo. Referiu que uma solução que logo à partida se começou a desenhar é, que forma ideal o serviço não deveria ter qualidade pior, muito melhor do que aquele que é actualmente prestado em qualquer das Câmaras do Alto Minho. Não deveria haver preços mais altos do que aqueles que estão a ser praticados actualmente em qualquer das Câmaras do Alto Minho, nomeadamente a que está mais desenvolvida que é Viana do Castelo. Citou que em todas as alternativas que se ponham, públicas ou privadas, os preços seriam superiores.-----

--- Informou que, há algum tempo atrás, houve a possibilidade de as Águas do Minho e Lima, que tinham a maioria do capital das Águas de Portugal e do resto das Câmaras, ficou incumbida de tratar do chamado sistema em alta, que é captar a água, tratá-la, pô-la em casa das pessoas e depois tratar dos esgotos. Acrescentou que, havia um problema urgente a resolver que era dialogar com a empresa, Águas do Minho e Lima, que entretanto se aglutinou com outras do Ave e que deu origem às Águas do Noroeste. Referiu que, isso foi muito importante, porque havia discordância em alguns aspectos como: quando é que deveria começar o trabalho das Câmaras e quando é que deveria começar o trabalho da empresa Águas do Noroeste e as tarifas. Referiu que esse diálogo já começou e essencialmente conseguiram ter do lado das Câmaras do Minho uma proposta coerente, no sentido de se pagar menos às Águas do Noroeste pelo serviço prestado, em particular será preciso continuar a usar parte das captações que ainda existem, que estão em boas condições e que dão água a um preço mais baixo para que a tarifa em casa das pessoas não suba exageradamente, e por outro lado, garantir que nesta negociação com as



Há 4?  
1 5 1  
410300

Águas do Noroeste não se pague o tratamento das águas das chuvas. Quando chove abundantemente, parte da água das chuvas consegue chegar ao sistema de saneamento e um dos problemas que as Câmaras têm é não pagar mais pelas águas da chuva, ou seja, esta foi a missão que uma equipa que foi criada para este efeito, da qual faço parte e que inclui também representantes da CIM e das Câmaras, para fazer essa negociação.-----

--- Paralelamente criaram condições para aconselharem os Senhores Presidentes de Câmara sobre o melhor caminho a seguir, para isso, com toda a lisura e objectividade procuraram analisar do ponto de vista técnico, do ponto de vista institucional, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista económico as várias soluções, procurar comparar as soluções entre si, e essencialmente, chegaram a três alternativas, acrescentando que estas são as alternativas mais adequadas.-----

--- Mencionou que, a primeira situação é a actual, que é conseguirem manter cada Câmara com o seu sistema, citou que, na generalidade dos casos a água nestas Câmaras é fortemente subsidiada pelo orçamento da Câmara, ou seja, as Câmaras deixam de fazer trabalhos com o seu orçamento para estarem a subsidiar as tarifas da água. Estas ainda não estão a subsidiar o suficiente, porque se estivessem a cumprir a legislação na sua totalidade, o que é entendido em termos comunitários, e que a entidade reguladora (ERSAR) vai obrigar, falariam em tarifas três a quatro vezes superiores àquelas que estão actualmente a ser praticadas; tarifas médias de 4 euros a 4,3 euros por metro cúbico. Acrescentou que, só esta solução é que aparentemente será uma solução e se se mantiver, só poderá manter-se à custa de pesados subsídios das Câmaras, deplorando os seus orçamentos se quiserem continuar a cumprir rigorosamente tudo aquilo que a legislação obriga e que o regulador nacional vai obrigar a partir de 2012.-----

--- Referiu que, a partir de 2012 os dados das Câmaras vão ser postos uns ao lado dos outros, fazendo comparações, identificando quem cumpre e quem não cumpre e quanto é que custa a água em cada Município. Referiu que, a conclusão a que se chegará é que na generalidade das Câmaras, nas mais pequenas do país e na maioria das Câmaras do Alto Minho, não estão em condições de cumprir as novas determinações. Ainda que, há vários anos que as Câmaras têm vindo a trabalhar neste domínio, que terá havido consultas a entidades privadas para se inteirarem dos sistemas, que existem problemas ideológicos na privatização ou não. Existem exemplos bons e maus de gestão privada em Portugal e no estrangeiro, mas que no entanto a solução de um privado para uma Câmara pequena não resolve o problema, pois o privado não traz dinheiro, quando muito, traz algum financiamento e capacidade de gestão, mas não traz o essencial, que é, as Câmara juntarem-se para ter maior dimensão, porque em Câmaras muito pequenas existem soluções que não se aplicam e o custo por metro cúbico da água é mais pequeno se estiverem a tratar de um sistema maior. Referiu que é mais barato produzir água para Lisboa ou Porto do que para Viana do Castelo, pois esta irá ser sempre mais barata do que



*Handwritten signature and initials: "HUA 42" and "9/10/09"*

em Melgaço ou Monção, mesmo que tenham os melhores técnicos do mundo, a dimensão é muito importante, as chamadas economias de escape.-----

--- Informou que, as Águas de Portugal lançaram uma proposta, uma vez que tinham a parte em "alta", tomarem conta da distribuição, ou seja, substituírem só os Municípios e fazer uma parceria, ou seja, criar uma empresa onde quem passava a mandar eram as Águas do Noroeste, que teriam a grande capacidade de decisão. A tarifa apresentada na altura, apontava para 3,2 euros por metro cúbico, uma tarifa fixa quer as pessoas gastassem ou não 10 euros. Referiu que são dados de Julho de 2009 e que há indicações mais recentes, de que, ponderando as novas circunstâncias estariam a falar em tarifas médias de 4 a 5 euros por metro cúbico, muito superior ao que é praticado actualmente, ou seja, o dobro daquilo que é praticado na Câmara de Viana do Castelo, que é a Câmara que tem tarifas mais elevadas no Alto Minho. Viana do Castelo tem uma tarifa próxima daquela que é praticada no Porto, tendo um grau de optimização bastante bom, uma outra alternativa que se pôs foi, as Câmaras juntarem-se e passarem a ter elas próprias uma entidade gestora, uma empresa em que as Câmaras são as únicas a mandar, ou seja, em vez de uma empresa municipal, criar uma Empresa Intermunicipal, uma entidade intermunicipal, uns serviços municipalizados grande com uma gestão profissional e empresarial de maneira a garantir que o serviço é prestado de acordo com a lei, de acordo com a regulamentação em vigor e a um preço justo, que terá que ser mais barato que qualquer alternativa, pois caso contrário não faria sentido. Referiu que, trabalhando ao contrário, colocou-se um desafio para ver até onde é que conseguem ir e que dificilmente se conseguiria ir para além daquilo em que Viana do Castelo já está, ou seja, colocaram um desafio onde pudessem criar soluções, soluções reais, asseguradas por pessoas responsáveis, com um trabalho feito por técnicos de todas as Câmaras como: visitas ao local no sentido de encontrarem uma solução em que as Câmaras continuem a mandar, mas em que os custos não superassem os custos de Viana do Castelo.-----

--- Chegaram à conclusão de manter o actual tarifário em Viana do Castelo e os outros Municípios convergirem, em dois anos, para a situação em que se encontra Viana do Castelo. Seria isto o possível, que outras situações seriam desejáveis, mas não eram possíveis, esta solução é mais económica que qualquer das outras que alguma vez esteve em cima da mesa. Esta solução está a ser desenvolvida internamente e tem condições de dar mais garantias aos Senhores Presidentes de Câmara e aos Municípios.-----

--- Este plano de convergência, de maneira a ser economicamente sustentável, tinha duas fases, numa primeira fase Viana do Castelo tinha nesta tentativa de solução um papel importante por ser a maior Câmara, por ter os Serviços Municipalizados com organização tipo empresarial e que a ideia era usar como base da nova Empresa os serviços de Viana do Castelo, como por exemplo, o sistema de facturação; pois tanto faz facturar 30 mil como 100 mil pessoas, o sistema



*Handwritten signature and initials: "MRL" and "at 9/10/00"*

é o mesmo, daí poupar-se bastantes sistemas, não é preciso piquetes de emergência em todos os locais, pois é possível ter um conjunto de piquetes de emergência que abranjam mais que uma Câmara, com um serviço de atendimento de 24 horas. -----

--- Referiu que a maior parte das Câmaras não têm, passarão a ter aos fins-de-semana, feriados, pois se houver uma falha de água terá que haver uma resposta pelo menos tão boa como nos sítios onde já há, embora genericamente melhor do que já existe em qualquer um dos locais.-----

---Do ponto de vista de tarifas e para haver uma equidade com Viana do Castelo, haveria duas fases: uma primeira em que passava uma tarifa de disponibilidade igual para todas as Câmaras no início da Empresa, ou seja, no primeiro dia da criação da nova entidade uma família que não consumisse água nenhuma pagava o aluguer de contador igual em todas as Câmaras, havia a convergência para Viana do Castelo, logo no princípio. Existem Câmaras em que a tarifa está a ser muito subsidiada e que nessa altura dar-se-ia dois anos para que as tarifas convergissem com as de Viana do Castelo, ou seja, as de Viana mantinham-se constantes. Com todas as outras soluções a tarifa de Viana do Castelo subiria, com esta solução não sobe e o que as outras Câmaras ganhavam com isso era que com todas as outras soluções a tarifa subiria mais do que vai subir. Acrescentou que as tarifas de água em algumas Câmaras está muito abaixo do preço real, pois está a ser subsidiada pelo orçamento, salientando que as Câmaras deixam de fazer muitas coisas para poderem subsidiarem a água. -----

--- Mencionou que, cada família em qualquer das Câmaras, independentemente de onde estejam, passaria a convergir durante dois anos para Viana do Castelo. Para se conseguir esta convergência foi necessário grandes economias do ponto de vista do que já existe, pois se tentassem fazer este exercício sem economias internas chegavam a valores próximos do que as Águas de Portugal também chegaram, alertando para o facto de ser necessário reduzir as perdas, pois perde-se ainda muita água.-----

--- Outro dos aspectos seria aproveitar as captações de água que ainda estão bem, que têm excelentes captações de água que produzem água a baixo custo e que estava previsto que fossem eliminadas para serem substituídas por captações das Águas do Noroeste. São excelentes nomeadamente a de Bertandos, que ainda está em muito boas condições.-----

--- No caso do saneamento, referiu que tentar evitar que a água das chuvas seja paga como se fosse esgoto, pois fica muito caro, o seu tratamento não faz sentido. Com estas medidas de poupança do lado das Câmaras conseguem esta solução, que no ponto de vista económico tinha que ser validado, ou seja, foi chamada uma empresa consultora de nível internacional que analisando toda esta problemática, concluiu que com estas poupanças e com estas soluções seria possível terem uma entidade gestora intermunicipal, sob a tutela das Câmaras e que



*Hul 4h  
17c  
9c/10c*

produzisse água de qualidade, que tratasse os esgotos com toda a qualidade sem exceder em termos de tarifas aquilo que neste momento está a ser pago em Viana do Castelo.-----

--- Para terminar, referiu que, tem uma vantagem adicional, pois quem continua a mandar na empresa são os senhores Presidentes de Câmara, pois são eles quem ouvem as queixas dos Municípios, e que se alguma coisa estiver errada eles terão toda a possibilidade de intervir na empresa, coisa que não aconteceria em qualquer uma das outras soluções.-----

--- O Professor Poças Martins concedeu a palavra ao Dr. Tiago Martins da Empresa KPMG.-----

Dr. Tiago Martins – Começou por agradecer em nome da KPMG a oportunidade de estarem presentes na Assembleia Intermunicipal para poderem descrever o trabalho efectuado, desde há um ano e relatarem também as conclusões a que chegaram de acordo com o âmbito de trabalhos já explicado.-----

--- Referiu que lhe solicitaram para ser objectivo e conciso, por essa razão iria fazer um enquadramento dos seus trabalhos, a metodologia que utilizaram e o percurso que enfrentaram até chegarem à Assembleia Intermunicipal e posteriormente passaria a palavra ao seu colega Rúben Palminha, que foi o coordenador do trabalho de campo e que conduziu todas as análises de campo e que relatará alguns pormenores essenciais de pressupostos basilares que estiveram na origem das conclusões que iriam apresentar e que no fim estariam disponíveis para qualquer questão de índole mais técnica que seja colocada ou se necessário um fórum posterior.-----

--- Começando pelo enquadramento do trabalho, o mandato que lhes foi atribuído passou pela preparação de um estudo de viabilidade associado à implementação de uma Empresa Intermunicipal para os sistemas de água e saneamento em baixa, que cobrisse os 10 sistemas dos 10 Municípios que estão incluídos na CIM Alto Minho. -----

--- Citou que, na preparação desse estudo de viabilidade havia duas restrições activas; a primeira era que essa Empresa Intermunicipal teria de garantir a sua auto-sustentabilidade, ou seja, a empresa contaria exclusivamente com recursos próprios, resultantes da sua própria actividade operacional, não recorrendo, desta forma, a fontes de financiamento alheias, quer dos próprios Municípios que a queiram constituir, quer a capitais alheios, financeiros ou bancários, a segunda restrição activa, era a limitação a nível da tarifa de Viana do Castelo como tecto máximo, dessa forma, como base destes dois pressupostos ou das restrições activas iniciaram os seus trabalhos. Começaram esse trabalho há cerca de um ano onde fizeram uma digressão de várias semanas pelos vários Municípios que constituem a CIM. Durante esse processo realizaram um conjunto de entrevistas com os diversos agentes dos Municípios, entrevistas e várias reuniões, tendentes a reunir o máximo de informação possível sobre cada Município em concreto de forma a se poder ter uma caracterização mais detalhada possível sobre cada Município. Acrescentou que foram também efectuadas diversas reuniões, no sentido de aferir qual o estado actual de cada sistema e perspectivas futuras, quer em termos de população, quer





*pal 4/7  
a 12  
gchoa*

em termos de capitações, ou seja, basicamente os pressupostos basilares da projecção operacional de cada um dos dez sistemas. -----

--- Mencionou que, fizeram este trabalho inicial que demorou várias semanas, em função dos dados recolhidos que podiam iniciar o seu próprio trabalho de casa, que era trabalhar esses dados, ou seja, esse processo decorreu, levou à preparação de uma primeira versão do estudo ainda em finais do ano passado, pressupostos esses que estiveram em revisão e que agora há cerca de um ano com o feedback que lhes foi dado pela CIM, puderam chegar às conclusões dos seus estudos. -----

--- As conclusões a que chegaram resultam da informação recolhida, com os pressupostos que estiveram na base do estudo, com as restrições activas referidas, conseguiram chegar a uma solução, uma solução de compromisso que passa também por uma gestão muito activa, de uma Empresa Intermunicipal que permitirá aproveitar um conjunto de energias muito relevantes de optimização de custos, pelo facto de estarem a juntar dez Municípios, permitindo garantir a sustentabilidade deste sistema e não ultrapassando a fasquia máxima de Viana do Castelo, anteriormente referida.-----

--- Para terminar, referiu que a conclusão passa também pelo gráfico ilustrado e que garante uma solução empresarial com um grau de sustentabilidade financeira de 100%.-----

Rúben Palminha – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que este trabalho começou essencialmente há um ano e que desde esse tempo recolheram informação que lhes permite agora com algum nível de detalhe informar que esta empresa tem sustentabilidade. Referiu que ia mencionar alguns dos pressupostos basilares que utilizaram nas suas projecções. O pressuposto basilar que dá origem ao estudo da KPMG passa pela harmonização gradual das tarifas em que, essa harmonização gradual será feita em 24 meses e passa também pelos Municípios independentemente do Concelho, do que pagam pelo metro cúbico de água.-----

--- Em termos de estrutura de pessoal, referiu que, com algumas optimizações ao nível quer dos postos de atendimento, piquetes de manutenção e outros itens, concluíram que cerca de 200 pessoas para o universo de cerca de 100.000 clientes seria uma estrutura óptima para a Empresa.-----

--- Em termos das actuais taxas de atendimento e capitações e em virtude das informações recolhidas, o estudo apresenta a manutenção dessas taxas, apesar de actualmente alguns dos Municípios ao abrigo dos acordos dos contratos com o QREN estarem a fazer aumentos de rede, que irá gerar mais clientes, ou seja, o cenário é conservador que se mantiverem as actuais taxas de atendimento e capitações chegam a um cenário de sustentabilidade.-----

--- Em termos do que são as perdas totais, técnicas e comerciais, referiu que há uma parte dos caudais que são efectivamente consumidos, que actualmente não são facturados, ou seja, essa parte é dinheiro que poderá entrar na empresa. Referiu também que, o pressuposto que



*Handwritten notes:*  
1. 2. 3. 4. 5.  
9/10/2012

concluíram conjuntamente com a CIM é de que ao fim de 5 anos as perdas comerciais que actualmente rondam cerca de 20% passariam a 5%, ou seja, gradualmente, ano a ano, a empresa irá conseguir facturar mais do que factura agora e que não acarretará custos imediatos, porque consumos que actualmente não são medidos passam a ser facturados e as Câmaras deixam de subsidiar alguns desses consumos e a empresa passa a ter essa facturação.-----

--- Em termos do que são as perdas técnicas, referiu que mantiveram o pressuposto de cerca de 30%, ou seja, cerca de 30% total da água que entra do sistema é perdida, quer por infiltrações, quer por outras perdas técnicas, essas perdas técnicas irão sendo mitigadas à medida que haja uma renovação da rede. Essa renovação da rede é uma das condições que a ERSAR, a partir

de 2012, irá ter e que passa por renovar cerca de 2% da rede quer de água, quer de saneamento, ano a ano, ou seja, ao fim de 50 anos, as condutas e as redes têm todo o sistema renovado. Para além dessa renovação da rede também têm custos de manutenção anuais que são bastante importantes para manter o nível de serviço. -----

--- Um outro pressuposto também importante era manter o mix actual da água comprada às Águas do Minho e Lima e de entrega de afluentes, citou que alguns Municípios não compram qualquer água, outros compram uma parte da água e que esse é pressuposto manter, pois se a solução fosse dar o sistema às Águas do Minho e Lima as captações seriam fechadas e toda a água seria adquirida às Águas do Noroeste.-----

--- Faz uma análise ao que seria o Cash-flow, referindo que para todo o período de projecção a empresa apresenta um Cash-flow positivo, ou seja, toda a actividade operacional da empresa consegue remunerar quer os custos quer os investimentos efectuados, quer a nível de impostos e de pessoal. Referiu ainda que, durante o período de convergência, período crítico, ou seja, a nova Empresa terá que ter uma gestão activa, quer dos custos quer dos proveitos para garantir que haja uma centralidade da Empresa, porque após essa harmonização gradual das tarifas, já estarão em condições quer de fazer face aos investimentos do ERSAR, quer potencialmente em investimentos de aumentos das redes. O período que poderá ser crítico é o período de harmonização, terá que, haver uma harmonização activa da empresa de modo a garantir a sua sustentabilidade da empresa e sem fundos das Câmaras para a empresa ou financiamento externo.-----

--- Em suma e de acordo com os pressupostos assumidos, a Empresa garante a sua sustentabilidade, mantendo a sua autonomia face a interesses privados, mantendo a capacidade de gestão dentro dos Municípios, prestando um serviço que irá ser igual ou melhor, pois o que se pretende é que esta nova Empresa garanta todos os níveis das recomendações do ERSAR e assim manter um nível de serviço de excelência para todos os clientes.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, que referiu que seria a altura indicada para passar a palavra aos membros da



*M. H. / 17.11.12 / gncjda*

Assembleia Intermunicipal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveram-se os membros José António Nogueira, Fernando Lima, Francisco Reis Lima e Victor Lima.-----

José António Nogueira – Após cumprimentar todos os presentes, começou por questionar qual seria o património do novo grupo empresarial e por quem é que ele é composto. Referiu que já tinha solicitado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma reunião prévia, pois fazia questão de saber em que é que Valença já investiu nas novas estruturas nos últimos tempos e quais são as necessidades do Concelho previstas para os próximos tempos a nível de ampliação, pois a seu ver são dados importantes e relevantes que podem definir ou não que Valença venha a aderir ou não a esta sociedade.-----

--- Referiu que, gostaria também de saber quais são os Concelhos em que detectaram maior necessidade de investimento.-----

Professor Poças Martins – Referiu que esta Empresa vai usar o património existente das Câmaras e que o património nunca deixará de ser destas, ou seja, há um capital social que será mais ou menos correspondente a dois meses de receitas, embora a infra-estrutura será sempre pertença das Câmaras, acrescentando que a Empresa usa melhor, amplia, mantém a infra-estrutura que depois devolverá às Câmaras se um dia a CIM Alto Minho se extinguir.-----

--- Relativamente às necessidades de investimento, referiu que o Dr. Miguel Matos seria a pessoa mais indicada para poder tirar todas as dúvidas.-----

Miguel Matos – Começou por referir que, relativamente ao investimento o que está em curso nos Municípios e que foi candidatado ao PTD e POVT, foram cerca de 20 a 25 milhões de euros que estão neste momento em curso, com obras terminadas e obras em execução. Acrescentou que existe um novo pacote a ser preparado para a bolsa de mérito do ON, que se espera que venha a abrir muito em breve, que são cerca de 26 milhões de euros e que com isto os Municípios ficam praticamente dotados das suas infra-estruturas e em investimentos futuros a serem feitos na Empresa existe alguma libertação de meios, mas que serão definidas outras prioridades pelo Executivo.-----

José António Nogueira – Referiu que, utilizando as palavras do Conselho Executivo, relativamente aquilo que à partida está definido, é que na gestão desta Empresa existem dois aspectos críticos; o primeiro a fixação das tarifas e o segundo a política de investimento. Acrescentou que, o que se entende é que a norma da CIM aplica-se nessas duas decisões, decisão por consenso, ou seja, haverá necessidades de investimento e naturalmente que anualmente, trienalmente serão avaliadas e haverá decisão de consenso relativamente à política de investimentos de novas áreas a cobrir de acordo com os meios libertos que podem ser interferentes sobre o co-financiamento comunitário.-----



*RA 42, T. 1 a T. 2  
mejoar.*

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Fernando Lima, que por sua vez a concedeu ao Membro José Brito Pacheco.-----

José Augusto Brito Pacheco – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que as suas questões não são técnicas, mas essencialmente políticas. Acrescentou que, segundo o que foi apresentado, considera que existem vantagens óbvias na criação desta Empresa Intermunicipal na distribuição das águas em baixa. Referiu também que, já que se sabe que neste momento a tarifa da água é baixa, tal como é paga pelos utentes, questionando sobre a razão de Viana do Castelo aparecer como referencial para todos os outros Concelhos. Acrescentou que esta questão é técnica mas também muito política, pois se tivessem os dados per-capita por cada um dos Concelhos, certamente Viana do Castelo teria valores diferentes de Paredes de Coura e outros Concelhos, por esses motivos gostaria de saber a razão porque esse referencial técnico, porquê Viana do Castelo foi escolhida para denominador comum nas tarifas para todos os restantes Concelhos.-----

--- Referindo que, foram dados dois anos de harmonização das tarifas àquilo que já está definido para Viana do Castelo e atendendo que neste momento existem 10 redes e que nem todas as redes estão nas mesmas condições técnicas, uma vez que, umas estão mais deficitárias que outras, questionou por esse motivo, até que ponto é que isso foi tido em conta no estudo técnico realizado, sabendo que existem determinados Concelhos que vão precisar de mais investimento que outros, porque o estado das redes, certamente será diferente.-----

--- Mencionou que, não é necessário saber muito de economia para se colocar uma outra questão, pois é evidente que a viabilidade financeira da Empresa está garantida, porque a Empresa baseia-se basicamente no utente/pagador e como actualmente o consumo da água é um bem imprescindível, essa viabilidade está mais que garantida. A sua questão é saber se esta viabilidade financeira se baseia unicamente no utente/pagador e não se baseia também na proporcionalidade dos Municípios, frisou que seria uma questão que poderia ser colocada. Acrescentou ainda que, aquilo que lhes foi apresentado no Cash-flow é unicamente ao nível do crescimento da empresa, mais pelas receitas e não pelas despesas. Como Membro da Assembleia da CIM Alto Minho não sabe nada sobre a Empresa em termos de despesas, unicamente uma perspectiva de crescimento, questionou ainda, se no calculo da viabilidade financeira foi tido um factor que considera ser fundamental, pois considerando que neste momento o preço da água é baixo, porque as Câmaras financiam em parte esse preço, se futuramente o Alto Minho muita população tenderá a gastar menos água, porque quanto mais a água subir, menos água é consumida, referiu que este crescimento da empresa for um factor em termos de expectativas, em termos de menor gasto de água pode também ser um factor decisivo das receitas futuras da própria empresa.-----

Questionou também, se a deliberação ou as decisões da empresa intermunicipal será



Hel 47  
1 2 3 4  
9183002

proporcional àquilo que se tem na representatividade dos Deputados do Alto Minho, ou se por cada Câmara será um voto.-----

Professor Poças Martins – referiu que relativamente à primeira pergunta, citou que, Viana do Castelo foi considerada como um referencial pela sua dimensão, pela forma como já está organizada, pela forma como já cumpre as determinações que se pretende que sejam cumpridas para a generalidade das Câmaras, designadamente, da entidade reguladora, acrescentou que, é dos Serviços Municipalizados que não sendo obrigados a submeter-se à regulação, já o faz voluntariamente e com bons resultados e também, porque não faz sentido, ter uns bons serviços de base e de grande dimensão e não os aproveitar, assim como todos os outros, técnicos de várias Câmaras. Acrescentou ainda, que no fundo a ideia é aproveitar o melhor de todos os sítios, mas se no Minho existem excelentes exemplos porquê ir buscar a outro lado, acrescentando também que todos os serviços podem melhorar, mesmo Viana do Castelo unindo-se ganham massa crítica, pois há economias muito significativas. Questiona sobre o pessoal nesta Empresa em relação ao que hoje a trabalha em todas as Câmaras, referindo ser uma poupança com reflexos na tarifa. Referiu também que, relativamente ao consumo futuro poderá acontecer que aumentando o preço da oferta e da procura que o consumo baixe. Citou que, conforme diz a experiência que aos actuais níveis de preços não há grande elasticidade, ou seja, teria que haver aumentos muito maiores do que aqueles que vão acontecer, pois eles não são muito significativos para que isso se fizesse sentir no consumo, de acordo com dados de outros sítios e de acordo com os actuais consumos, que são relativamente baixos, não há desperdício de água, pois os consumos do Alto Minho não são altos. Na sua opinião não prevê que vá haver baixas no consumo que sejam significativas. Esclareceu que no caso de segundas habitações, é algo que se poderá ainda trabalhar, ou seja, para uma família pagar o mesmo, se pagar uma tarifa fixa mais alta ou mais baixa estão a carregar mais no emigrante e em pessoas com segundas habitações. Referiu que não vão alterar essa situação, mas se tal acontecer podem sem aumentar a contas das pessoas a defender, que são os residentes do Alto Minho, aumentar aos visitantes para que isso não se verifique.-----

--- Prosseguiu, referindo que, na representatividade aquilo que foi pré-definido seria que cada Câmara tivesse uma representatividade proporcional ao volume da actividade que gere, ou seja, em função do número de clientes. Referiu que, no momento inicial gasta-se demasiado tempo a valorizar o que cada um tem, que neste caso houve uma atitude exemplar das Câmaras, que foi não quererem ser remunerados pela infra-estrutura que criaram, pois se o fizessem iriam aumentar a tarifa.-----

--- Para terminar, referiu que, conforme foi visto no Cash-flow da Empresa, ela depois de harmonizar fica estável, embora tenha momentos mais vulneráveis, acrescentando que o ideal é que fosse em mais tempo, embora fosse injusto para quem paga mais, seria mau para todos,



*Handwritten signature and initials: "M. J. Reis Lima" and "9/2/2016".*

pois limitava um aumento de 20 cêntimos por mês.-----

Miguel Matos – Referiu que, eventualmente também se poderia colocar a situação de as decisões principais da empresa, tarifas, planos de investimentos e planos de actividades serem aprovados em consenso, por isso, não contariam as percentagens. -----

Francisco Reis Lima – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, não iria ser tão radical como a intervenção do seu colega, pois não considera que esta reunião seja inútil que em todos os caminhos tem que se dar o primeiro passo, embora este não fosse só o primeiro passo, é um passo apenas que deve ir de Viana do Castelo até Melgaço, por isso ainda terão muito caminho a percorrer e muitos esclarecimentos a receber para saber um pouco mais do plano, por essa razão apresentou uma sugestão no sentido de divulgar o estudo que já está feito, através da internet da CIM, uma vez que a informação que acabou de ser prestada, para além de um plano muito genérico e político, apenas viu o Cash-flow da KPMG, que só por si, não é propriamente significativo, daquilo que será certeza dos números que estão a sugerir, que tem algumas circunstâncias que não foram explicadas, mas que se suscitaram alguma preocupação. Logo à partida o número 30 anos que repute completamente o tópico, duvida de um Cash-flow seja sempre sensivelmente positivo, daí considerar importante saber quais foram os pressupostos que levaram a essa conclusão. Referiu que em 2015 tem um pico negativo que também não é facilmente perceptível, porque pelo ponto de vista legal será necessário um investimento em rede a partir de 2016, acrescentou que todas estas questões foram surgindo mas que neste momento não têm nenhuma explicação.-----

--- Mencionou que algumas das circunstâncias já foram referidas, já lhe foi dito que a Empresa Intermunicipal terá um capital social simbólico, uma participação mais ou menos igual a dois meses de tarifas, porque realmente a sua primeira questão era saber se o actual património dos vários Municípios iria ser incorporado, é que se assim fosse, seria através de uma entrada em espécie da respectiva sociedade, pois gostaria de saber qual era exactamente a valorização que levaria a participações diferentes e distintas daquilo que seriam as percentagens populacionais e territoriais, mas que pelo que entendeu optou-se por uma solução da total solidariedade entre os Municípios. Citou que, não obstante essa política de solidariedade considera que algumas explicações terão que ser dadas, pois tem que se saber qual o estado referenciado das redes e saber quais serão os Municípios que no fundo até ao momento fizeram papel de formiga e têm a sua rede razoavelmente em bom estado e as cigarras que obviamente terão que ter uma comparticipação global que será participado por todos os demais e pela famosa taxa ao nível do Município de Viana do Castelo. -----

--- Referiu que, existe uma informação que gostaria de criticar quanto àquilo que foi apresentado em termos de carência, pois numa apresentação como a que foi feita, pensa que apenas lançar o valor de Viana do Castelo é uma lacuna a censurar, considerando que deveriam, pelo menos,



*Handwritten signature and initials: "M. L. Costa" and "P. João".*

para esclarecimento de todos os presentes apresentar um quadro comparativo com os valores das tarifas de todos os Municípios, para em simultâneo, perceberem qual o impacto que iria arredondar para todos os Municípios, apenas, com uma vista de olhos, acrescentou, que para além da tarifa actual, uma vez que o estudo deverá conter essa informação. Seria necessário saber qual o custo efectivo de fornecimento de água e tratamento de afluentes em cada um desses Municípios para saber qual o diferencial que poderá estar a ser potencialmente subsidiado e para saber exactamente qual vai ser o valor a favor, ou de prejuízo, que cada Município terá ao passar para um valor idêntico ao de Viana do Castelo.-----

Professor Poças Martins - Citou que logo no princípio, foi referido que fizeram uma opção de começar primeiro pelos aspectos mais amplos, podendo depois descer a qualquer nível de detalhe que seja pretendido, e que para alguns aspectos têm resposta imediata, mas que não será o sítio indicado para ir ao detalhe, pois o que disseram do ponto de vista económico é que têm as contas que querem bem-feitas, têm uma entidade idónea que utilizou metodologias habituais para este tipo de estudo. Frisou que este estudo não é só o último gráfico, mas se aquele último gráfico não existisse, não valeria a pena fazer esta reunião, pois esta reunião teve como pressuposto que esta Empresa é sustentável. -----

--- Relativamente ao património, considera que a solução de manter o património em cada Câmara é o mais adequado, pois na generalidade dos casos as idades dos sistemas não são muito diferentes umas das outras, pois estão a falar de infra-estruturas relativamente recentes, poderá haver num ou outro caso de pior ou melhor execução, mas que existe um equilíbrio bastante razoável. Referiu que o exercício de junção de Câmaras para resolver um problema magno como este, obriga a um altruísmo grande como aconteceu noutros casos como quando se construiu as Águas do Minho Lima, etc., em que independentemente de umas Câmaras ganharem mais que outras com a Associação, pois era absolutamente impossível que ganhassem todas o mesmo, mas o que se pretende é ter uma solução ganhadora para todos. Acrescentou que é mais fácil acontecer a solidariedade num conjunto de Câmaras que partilham outros sectores que não a água, porque certamente os Senhores Presidentes de Câmara cada um deles muito cioso daquilo que tem que dar aos seus Municípios, se der um pouco mais da água irão exigir mais noutros aspectos, ou seja, haverá um equilíbrio de solidariedade que os Senhores Presidentes de Câmara, concerteza, irão assegurar.-----

--- Relativamente às tarifas, referiu que, têm as tarifas todas, pois o estudo foi feito para todas as Câmaras, mencionando que como toda a gente tem conhecimento do preço da água que é extremamente sensível, não sendo demasiado grandes as diferenças. Acrescentou que estes valores já foram vistos por representantes políticos e que na generalidade dos casos esta variação não é muito significativa e certamente não é demasiado violenta, sendo que qualquer aumento é sempre muito penoso. -----



*Mel 4/2*  
*Te. este*  
*melgaço*

Miguel Matos – Referiu que no caso de Valença, nos primeiros 5 metros cúbicos Valença vai ter uma redução efectiva, pois tem neste momento um tarifário de 0,5 euros enquanto Viana do Castelo tem um tarifário de 0,43 euros, tanto para a água como para o saneamento.-----

Francisco Reis Lima – Referiu que esta informação deveria ter sido exposta de imediato. Que embora tenha muitas vezes criticado a política das águas em Melgaço, apesar de já ter constatado que apesar de tudo é das mais eficientes e dos preços mais em conta, se tiverem que subir, em solidariedade pelo sistema, acha que nenhum dos Municípios se irá opor. Citou que estão a falar de um estudo económico para avaliar o interesse e a vantagem em operar a fusão, nos sistemas municipalizados, independentemente das alterações de preços. Considera que a informação que está no estudo - o custo da fusão - irá implicar economias de escala através da diminuição dessas redundâncias no sistema e vai implicar custos através do investimento de interligação, ou seja, para avaliar essa situação seria fundamental fazer uma justa posição das poupanças e dos investimentos, dessa forma, referiu que gostaria que isto ficasse reconhecido no estudo.-----

Tiago Martins – Referiu que, em nome da KPMG iria responder à questão concreta do estudo, de forma concisa e objectiva, quanto á essência da metodologia, do caminho que percorreram e do resultado essencial a que chegaram. Os resultados apresentados resultam de um estudo desenvolvido, iniciado desde há um ano, que contam com um conjunto de análises muito detalhadas e uma recolha de informação muito exaustiva, que passou por visitas a todos os Municípios. As conclusões estão baseadas no estudo.-----

--- Referiu ainda, que a KPMG acompanhou o mercado das Águas, especificamente, em Portugal desde 2000, quando começaram a aparecer os movimentos de iniciativas privadas, de concessões de abastecimento e concessões de saneamento e uma das coisas que têm constatado é que um dos principais problemas do sector é, de facto, Municípios com pequena escala lançarem a sua concessão, lançarem o seu próprio programa de Águas de forma independente. O que é louvável é que um conjunto tão grande como este, que agrega 10 Municípios, se juntem em harmonia, no sentido de fazer um sistema eficiente. -----

--- Para terminar, referiu que o estudo existe, está bastante completo e a KPMG pelo nome que defendem, pelas regras internacionais e pela sua reputação tem que seguir as metodologias internacionais.-----

--- Quanto ao mérito do projecto reconhecem que de uma forma técnica e económica faz todo o sentido.-----

Rúben Palminha – Referiu que, apenas para explicar o Cash-flow em 2015, e como anteriormente tinha mencionado em 2016, a Empresa estaria com condições de sustentabilidade financeira para cumprir na totalidade a recomendação do ERSAR, que corresponde à renovação de cerca de 2% da rede. Até lá, e face à harmonização de tarifários, esse investimento não seria





*Handwritten notes and signatures:*  
199 47  
1 2 3  
4 5 6  
7 8 9  
10 11 12  
13 14 15  
16 17 18  
19 20 21  
22 23 24  
25 26 27  
28 29 30  
31 32 33  
34 35 36  
37 38 39  
40 41 42  
43 44 45  
46 47 48  
49 50 51  
52 53 54  
55 56 57  
58 59 60  
61 62 63  
64 65 66  
67 68 69  
70 71 72  
73 74 75  
76 77 78  
79 80 81  
82 83 84  
85 86 87  
88 89 90  
91 92 93  
94 95 96  
97 98 99  
100

na sua totalidade, ou seja, em 2014 passariam a renovar - 1%, em 2015 - 1.5% e em 2016 - 2%. Em 2015 o salto de 1% para 1.5% faz decrescer o Cash-flow do projecto, ou seja, o Cash-flow do projecto que já tem todas as receitas operacionais, custos operacionais e de investimento, decresce, porque fazem mais investimento e a partir daí vão diminuindo as perdas comerciais, tendo mais Cash-flow conseguindo dessa forma, cumprir toda a recomendação do ERSAR.-----

Fernando Lima – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que gostaria em nome do grupo, de se congratular pela iniciativa e colocar uma questão relativamente às energias e às tarifas do Concelho de Viana do Castelo. Questionou se estes valores não poderiam ser ligeiramente alterados, ou seja, na tarifa fixa de 4 euros e na tarifa média de 2 euros, respectivamente, se este estudo que está a ser apresentado é unânime para todos os 10 Municípios.-----

Professor Poças Martins – Referiu que o aspecto da fixação da tarifa que esteve na base do estudo, o mais importante é o facto dos Senhores Presidentes de Câmara terem o hábito de se juntarem para resolverem problemas. Na sua opinião, o Alto Minho, tem beneficiado muito com a CIM pelo facto de haver escala e solidariedade entre as Câmaras para resolverem este problema. Referiu que o exercício que se está a fazer é muito difícil, razão pela qual, na maior parte do país, ainda se espera uma solução para este problema, ou seja, existem cerca de 200 Câmaras no país que não deram este passo e não têm solução. Um dos aspectos essenciais foi a tarifa, e que se poderia melhorar a de Viana do Castelo, embora em sua opinião, atendendo a que Viana já cumpre as regras essenciais, em que as pessoas já pagam essa tarifa, ou seja, já está testada na prática. A ideia foi uma aproximação a essa tarifa, fosse qual fosse, teria sempre alguma crítica. Acrescentou que o tarifário de Viana do Castelo, cumpre o normativo nacional, as propostas para o futuro e está um pouco acima da tarifa que é praticada no Porto, que já tem uma dimensão maior. Se conseguirem ter para o Alto Minho o mesmo preço que têm para Viana do Castelo, demonstra que ganharam em termos de economias de escala, em termos de bens e eficiência, porque todas as outras soluções que tinham eram com tarifas muito superiores. Não há grandes diferenças conceptuais nos tarifários das várias Câmaras. Referindo que esta foi a melhor solução encontrada.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Victor Costa Lima, mas este prescindiu da mesma.-----

--- O Senhor Presidente abriu a questão ao público, na qual concedeu a palavra ao Senhor Jorge Humberto Fernandes.-----

Jorge Humberto Fernandes – Referiu que iria fazer uma intervenção política, pois todas as perguntas fazem sentido, as respostas é que são difíceis. Citou que hoje em dia, quando se constitui uma empresa é com o objectivo de dar melhor qualidade de vida às pessoas e criar postos de trabalho. Acrescentou que, viu uma oposição dizer que o rácio seria de 200 pessoas



*Handwritten signature and initials*

para 100 mil habitantes. Referiu ainda que, tem dúvidas quanto à reorganização do sistema, com o seu funcionamento. Estando o serviço a funcionar 24 horas, utilizando serviços e funcionários camarários, pensou na possibilidade de criação de postos de trabalho, pois considera este um ponto fulcral. -----

--- Para terminar, referiu que, gostaria que esta questão fosse mais esclarecida e disponível.-----

Professor Poças Martins – Referiu que neste momento, trabalham nos SMAS de Viana do Castelo cerca de 130 pessoas e na totalidade trabalham em todas as Câmaras cerca de 250, ou seja, serão cerca de 200 pessoas. A criação de postos de trabalho não vai acabar, pois vai haver subcontratação, outsourcing e automatismo, permitindo que a empresa tenha todos os recursos que precisa para prestar um serviço de qualidade mas não mais. A Empresa não será para criar postos de trabalho desnecessários, pois seriam sempre pagos pelas tarifas. Para conseguir cumprir esta tarifa, vai ser algo muito exigente, embora aumente a qualidade em relação à que existe actualmente, porque terão um sistema de telemetria, que vai possibilitar dar em tempo real informações sobre o estado dos vários sistemas, que irá alertar, em tempo real, sobre se há perdas de qualidade ou fugas de água, necessitando de uma organização otimizada que permita auscultar de imediato problemas, e ter meios para superá-los em tempo útil, isso será uma das preocupações que os responsáveis terão de ter na futura Empresa, assegurando que o seu funcionamento é adequado às necessidades que vai satisfazer. -----

--- Mencionou que o estudo foi feito com base no estudo económico e, julga, estarem em condições de dizer que têm uma solução exequível e sustentável, mas que não tem “gorduras”, ou seja, esta solução não vai criar mais postos de trabalho do que os necessários dentro da empresa, mas está previsto que, por exemplo, se a Empresa não tiver máquinas para abrir buracos, irão ser contratadas externamente, ou seja, haverá contratação, mais postos de trabalho globalmente do que aqueles que há agora, porque haverá mais actividade, não estão é concentrados em funcionários da Empresa. -----

Rui Solheiro - Referiu que, estão a tentar avançar para uma solução deste género porque querem prestar um serviço de qualidade à população e ao preço mais baixo possível. Citou que todos têm já a água a ser fornecida em alta a 0,49 cêntimos o metro cúbico, pelas Águas de Portugal, através das Águas do Noroeste e isto tem que se pagar, depois têm de saber como levam isto até à casa das pessoas e qual o preço é que irá custar. Acrescentou que ou vão com as Águas do Noroeste, e os últimos dados fornecidos é que o custo médio é de 3,22 euros o metro cúbico, ou, neste sistema, e os dados indicam 2,35 euros o metro cúbico ou então ficam sozinhos como estão agora. Como as regras estão em cima da mesa e todos têm que respeitar, algumas pré-directivas comunitárias, têm de acabar com os sistemas autónomos das freguesias, pois, uma freguesia ter um abastecimento de água e em alguns dos casos não ter contador e não cobrar, em termos temporais também já está limitado. As directivas já são conhecidas e



*Handwritten signatures and initials: "M. H.", "J. C.", "M. J. O. A." and other illegible marks.*

para cumprir até 2013 tendo sido alargado o prazo até 2015. Esta Empresa ou Serviços Multimunicipais obrigam-se a prestar esse serviço a toda a população em todos os concelhos. Mencionou que o que foram negociando com as Águas do Noroeste, é que, só se comprometiam a prestar serviço onde têm os sistemas em alta a funcionar. Em termos de visão empresarial até se poderia perceber, porque se o investimento foi feito em alta, quer em saneamento quer na água tem que se rentabilizar o sistema, mas o objectivo desta nova solução não é apenas esse, mas servir todos os Municípios numa cobertura total em relação a todos os Municípios.-----

--- Relativamente aos postos de trabalho, não foi por essa razão que se procurou esta solução, mas sim para prestar bons serviços a preços mais baixos. Uma primeira preocupação ao nível da qualidade do serviço e do preço, é não se perderem postos de trabalho, ou seja, os funcionários municipais não irem para casa, caso não tenham lugar na empresa.-----

--- Para terminar, referiu que, querem prestar um serviço de qualidade à população e ao preço mais baixo possível. -----

Paulo Luís – Questionou onde está e qual será a influência do pagamento da tarifa em alta da água às Águas do Noroeste, pois tem dúvidas quanto ao seu cálculo. A segunda questão, prende-se com o facto de ver os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo a prescindir da estratégia de renovação da rede durante dois ou três anos.-----

Professor Poças Martins – Referiu que, os planos de investimento da entidade são revistos anualmente em detalhe, ou seja, uma rede é feita para durar muitos e longos anos, que não está de maneira nenhuma posta em causa a manutenção das redes quer em Viana do Castelo, quer nos outros Concelhos, ou seja, a Empresa terá que gerar os meios necessários para manter a adequada renovação de modo, que no fim, devolva a rede em estado adequado. Existem processos normais e a própria entidade reguladora define uma taxa de renovação de 2% ao ano que é mais do que necessário, se a rede for bem constituída, pois corresponde a dizer que a rede dura 50 anos, ou seja, se a rede for bem construída e bem mantida não é necessário estar a substituir 2% de rede por ano.-----

--- Referiu que, há um plano de investimento global em que se houver algum problema, o problema será resolvido, o que não quer dizer que sejam problemas de três anos, esse problema terá que ser posto a uma escala muito maior. -----

--- Para terminar, referiu que, não têm dúvidas que os investimentos das Água do Noroeste são bons e importantes, são porventura grandes de mais e caros, e não dúvida, que a prazo, quase todo o Alto Minho venha a ser servido por estas infra-estruturas, mas o que tem que se tentar encontrar é um caminho progressivo, de bom senso que permita utilizar aquelas infra-estruturas que estão em boas condições e que produzem água mais barata, de maneira a não onerar excessivamente as tarifas. Referiu que estão a falar de entidades públicas que só existem para servir as populações, que têm relações contratuais, que tem que ser buriladas, negociadas e que



*Handwritten notes and signatures:*  
me H) 1 2 3 4  
9/10/2011

estão a sê-lo. Acrescentou que, a própria passagem das Águas do Minho e Lima para as Águas do Noroeste, trouxe uma alteração de tempo de duração dos contratos; no início previa-se nos próprios contratos que as Águas do Minho e Lima abrangessem a totalidade do território, e houve uma discrepância face aquilo que aconteceu, ou seja, há alterações que são normais e que as entidades estão a analisar, mas uma questão essencial, é que as populações não fiquem prejudicadas, não se vão pagar consumos mínimos desadequados, não se vão pagar águas das chuvas, em suma, existem negociações contratuais que se estão a fazer, que vão com certeza correr bem.-----

Armando Carvalho – Referiu que gostaria de se solidarizar com todos os que protestaram contra a falta de informação prévia. Acha estranho que se aborde este assunto da criação de uma Empresa Intermunicipal para gestão da água em baixa, sem sequer, se ter abordado a grande norma europeia que regula este sector que é o PEASAR 1 e o PEASAR 2, pois são eles que definem qual o tipo de sistemas de gestão do sector, que como é de conhecimento de todos, os mais importantes são o multimunicipal e o intermunicipal, que neste caso está agora a ser alegadamente adoptado pela CIM. Referiu que, é muito importante, que se distinga os dois sistemas, porque deles depende a estrutura accionista da Empresa que vai operar no mercado. Acrescentou que, no início, o Professor Poças Martins havia referido que as Águas do Minho e Lima, agora chamadas Águas do Noroeste são uma empresa intermunicipal, com o que não concorda, porque as Águas do Minho e Lima/Águas do Noroeste foram e são uma empresa multimunicipal, a relação accionista entre as Águas de Portugal e os privados que fazem parte da empresa é diferente da relação que existe numa empresa intermunicipal como se espera que venha a ser criada pela CIM. Estranha, uma vez que estão a falar das Águas de Portugal que ninguém tenha ainda levantando a hipótese, que é mais que provável, de que as Águas de Portugal vão ser privatizadas. E se estas forem privatizadas, é de estranhar que, ninguém diga o que vai acontecer às estruturas intermunicipais, que como se sabe a grande vantagem que tem, que é a parceria com as Águas de Portugal, é mais forte do que no sistema multimunicipal, ou seja, a privatização das Águas de Portugal, nem que não seja na totalidade, que aliás é participada desde os anos 90 em 20%, se estas forem privatizadas serão privatizadas todas as empresas intermunicipais e multimunicipais. -----

--- Relativamente à convergência com Viana do Castelo, referiu que, Viana chegou tarde à CIM mas a sua chegada foi em grande, porque agora é a referência para a convergência. Acrescentou que, não se fala que o rendimento per-capita de Viana do Castelo é muito superior ao rendimento per-capita dos Concelhos a Norte, sendo os Concelhos a Norte que produzem água e Viana do Castelo é que a gasta. Para além que Viana do Castelo tem os grandes equipamentos do Distrito, como o Hospital que pôs os Concelhos a Norte todo em "guerra", em que todos pagam e que neste caso não existe convergência nenhuma. Referiu que a rede está



*Bel H7*  
*Luís*  
*POÇAS*

enterrada sobre o conceito de subsidiariedade, que é uma proporção feita na relação consumidor/pagador mas que é feita de acordo com os meios que cada Município tem e as reais possibilidades em termos de rendimento per-capita de cumprir com as suas responsabilidades. Quanto à rede, foi dito que esta foi enterrada e não se sabe o que é feito da rede, mas que em 2005/2006 as Águas do Minho e Lima juntaram todos os Presidentes de Câmara, em Espinho, no sentido de os convencer a assinar um contrato de execução de projectos de rede, em que a contrapartida era que, assinando esse contrato quando as redes em baixa fossem hipoteticamente entregues às Águas do Minho e Lima, as Câmaras pelo facto de terem assinado esse protocolo só pagariam 25%, ou seja, as Águas do Minho e Lima em 2005 já conheciam o estado da rede, porque estas não são altruístas.-----

Referiu que, relativamente ao sistema intermunicipal em discussão o seu receio é que não tenha efectivamente "pernas para andar", pois não tem grande sentido um sistema intermunicipal em baixa sobre uma pressão constante de um sistema multimunicipal em alta, haverá sempre pressões da alta para tentar condicionar as tarifas da baixa, e provavelmente daqui a alguns anos o sufoco financeiro será tal que a CIM estará a entregar toda a rede aos privados para fazerem a sua gestão. -----

--- Para terminar, pediu informações sobre qual o valor que a KPMG estava a cobrar pelo serviço prestado à CIM. -----

Professor Poças Martins – Referiu que esta empresa é pública e que obviamente o PEASAR 1 e o PEASAR 2 foram tidos em conta, pois estes são estudos, planos que acaba por ser algo que estrutura a necessidade do país em levar água e saneamento às populações com determinados níveis de atendimento e com determinado tipo de organizações. Acrescentou que o PEASAR não se receia, não poderia fazê-lo, o tipo de organização que é usado para providenciar o serviço e em Portugal são praticamente possíveis legalmente todos os sistemas, excepto a privatização plena. Referiu que pode haver concessão, pode haver empresas mistas, ou seja, o PEASAR não tem nada a ver com este tipo de organizações. -----

--- Acrescentou que esta Entidade como qualquer outra, terá que, levar água e saneamento a populações acima de determinada dimensão, o que no Minho é muito dificultado pela dispersão populacional e aí terá que haver muito bom censo, porque levar água a uma casa isolada a 1Km tem custo muito elevado e muitas vezes as pessoas chegam lá com a água e as pessoas têm poço e não querem, ou seja, terá que ser visto com muito cuidado, caso contrário as tarifas não são de 2 são de 20 e aí não há PEASAR que supere. -----

--- Quanto à privatização da Águas de Portugal, concorda que seja uma questão política, mas que não é assunto para ser discutido nesta Assembleia, ou seja, a outra alternativa, que estava em cima da mesa, essa é que estaria mais em conta se a baixa fosse para as Águas de Portugal, a as Águas de Portugal fossem privatizadas não só era a alta como também a baixa.



*da 4? ctz  
Pico*

Referiu que, mesmo que as Águas de Portugal sejam privatizadas não tem nada a ver com esta Empresa porque não há participação das Águas de Portugal em baixa, mas que na outra alternativa havia.-----

--- Referiu que, por conhecimento do sector, no estatuto das Águas de Portugal, a diferença para elas estarem privatizadas ou não, no que diz respeito a essas empresas não é significativo, ou seja, não tem a ver este tipo de empresas, tem a ver com o funcionamento das Águas de Portugal em si, embora existam relações contratuais que não é pelo facto das Águas de Portugal serem ou não privadas que a negociação desta entidade vai ser mais ou menos dura ou difícil. Acrescentou que, esta Entidade terá sempre que negociar com as Águas do Noroeste as melhores condições, tenham capital privado ou não. Que neste momento não têm que a negociação está a ser muito dura e se for privado é tanto ou mais duro.-----

--- Para terminar, referiu que, neste sistema em que são os Municípios que lideram, os aspectos serão negociados e vistos noutra tipo de sessão que não na Assembleia, frisando que este é um sistema público e municipal. -----

Paulo Nuno Bento – Referiu que, subscreve em grande parte os pressupostos ideológicos do colega da Assembleia Municipal de Valença, mas a questão que gostava de levantar é mais de ordem prática e imediata. Citou que foi aflorado pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo a questão do memorando da TROIKA e que a primeira reacção que teve quando leu a convocatória para a reunião foi ver o que estava escrito nesse mesmo memorando a propósito de novas empresas públicas. Ainda não teve acesso à versão oficial, por essa razão teve que ir a uma versão particular, mas que a tem como fidedigna, e no ponto onde precisamente é abordada a questão da formação das novas empresas públicas é bastante claro, do qual passou a ler: pontos 3.27 do memorando da TROIKA, “não serão criadas novas empresas públicas ao nível central do Governo até que estas avaliações estejam completas, dado o impacto financeiro destas decisões o Governo submeterá ao Parlamento um projecto de lei de modo a que esta limitação também seja aplicada a autoridades locais”. Questionou então, como é que se vai ultrapassar esta situação partindo do princípio que os partidos que assinaram este memorando a partir de 5 de Junho vão formar Governo. Interrogou, se estão a contar que o Governo desrespeite este memorando e permita a criação de empresas públicas locais. Referiu que este conceito até lhe agrada, das três alternativas que foram apresentadas, é obviamente a alternativa pública aquela que mais afasta do privado e dos receios que o colega há pouco tinha levantado. Questionou ainda, se este grupo de missão estudou uma alternativa quatro, tendo em conta esta nova conjuntura política e qual será o plano B da CIM se não conseguir criar uma Empresa Pública Intermunicipal. -----

Paulo Orfão – Começou por perguntar se já está mesmo decidido criar a Empresa Intermunicipal, pois considera que havia duas alternativas: a Empresa Intermunicipal e os



*Handwritten signature and initials: H.A., A.Z., C.T., G.C.P.*

Serviços Municipalizados que deveria também haver alguma discussão à volta destas duas possibilidades. Referiu que se falou da TROIKA, das tarifas, de criar empresa e, não é por acaso, que a TROIKA fala de não criar mais empresas intermunicipais. Acrescentou que já tinha visto algumas, há algum tempo atrás, em que era tudo Estado e que um só administrador, administrava casas com cerca de mil trabalhadores e que depois vieram as parcerias público-privadas, vieram as empresas, começaram a aparecer os Presidentes, os Vice-Presidentes, os Secretários, os Assessores, etc., referindo que não estamos em altura de aparecerem todos estes cargos, porque os cidadãos não tem dinheiro e querem ver exemplos de rigor e, estes não são os melhores exemplos. Citou que, o tarifário vai aumentar e o povo não vai gostar, em sua opinião, julga que deveria haver uma séria discussão sobre este tema, mesmo para os trabalhadores, pois falou-se que não iriam sair nenhuns trabalhadores e ao mesmo tempo que será necessário menos trabalhadores, questionando ainda, se a empresa se extinguir qual o encaminhamento dos trabalhadores.-----

--- Referiu que, como anteriormente tinha mencionado, sobre as duas opções: primeira opção - Empresa Intermunicipal e Serviços Municipalizados, se forem Serviços Intermunicipalizados do Alto Minho, todos os trabalhadores terão o mesmo estatuto, mas se passarem para uma Empresa, depois vão ter o contrato individual de trabalho, vão ter o contrato de trabalho em funções públicas, etc. Julga que seria aqui garantir um tratamento igual para o todo e evitarem mais uma vez muitas casinhas dentro do mesmo estado.-----

--- Para terminar, referiu que aderir às Águas de Portugal já está fora de questão, e que, fruto do seu trabalho foi muitas vezes a Barcelos antes das Eleições Autárquicas e ouvia as pessoas comentarem que não votariam mais no partido actual, pois o outro candidato prometeu descer o preço da água, e quem ganhou foi o que prometeu descer a água e hoje em dia o que as pessoas comentam é que afinal o preço da água não baixou, embora não faltasse vontade, por parte do Senhor Presidente da Câmara, descer o preço da água, este não o conseguiu, pois as águas estavam entregues às Águas de Portugal e os custos eram enormes, não conseguindo trazer novamente essa decisão para junto do Presidente da Câmara, referiu que tem que se ter muito cuidado e que isso merece uma discussão com muita mais informação.-----

José Augusto Sousa – Sublinhou a falta de informação prévia. Referindo ter algumas dúvidas, pois criar uma empresa sem integrar o património dos Concelhos, só por discordância política é que poderá acontecer, não entendendo como é que depois se vai gerir o facto de ser uma empresa intermunicipal a fazer os investimentos daquilo que é dos outros, outra questão preocupante é saber se os funcionários aceitam ou não transitar para a empresa intermunicipal e o que se vai fazer se o número significativo dos funcionários que estão hoje afectos ao sistema não aceitarem essa transição. Pelo seu conhecimento, estranha não se avançar para um sistema misto, em que as Câmaras participam com uma parte, avançar com o concurso



*Handwritten signature and initials: Rui Solheiro, 12/12/2008*

público para que um dos players do mercado possam liderar também no sistema e uma outra parte do capitalismo popular, por exemplo, uma acção por consumidor que não a poderá vender durante um tempo e assim poderiam ultrapassar a questão das empresas públicas, pela questão da TROIKA e uma empresa só é pública se tiver mais de 50% de capital público. Na questão do Plano B, isto não seja apresentado desta forma o que resolveria uma grande quantidade de questões quanto ao interesse da população na empresa, ao cuidado dos consumos, à evolução das tarifas, que tipo de Cash-flow que estão apresentados, tudo isto num ponto de vista técnico. Citou, que já viu alguns estudos feitos pela KPMG, espera que tudo isto não seja tão superficial como aqui, para dar corpo a uma solução que é apenas meia solução, na sua opinião, e pensando já na TROIKA acha que se deveria rever o processo e dar um passo de vez.-----

Professor Poças Martins – Referiu que o Plano B é muito simples, seria mudar, apenas, duas folhas nos Estatutos. É possível ter uma estrutura equivalente a serviços municipalizados, embora em sua opinião ficassem mais bem servidos com a Empresa Municipal, acrescentando que foi um dos últimos Presidentes de uns serviços municipalizados e primeiro Presidente da empresa municipal que lhe sucedeu, considera que a Empresa Municipal é um excelente modelo, com mais virtualidades, mais elasticidade que os serviços municipalizados e quanto ao aspecto da TROIKA o que está previsto e bem, é que não se criem empresas municipalizadas falsas, empresas municipais que não vivam das suas receitas. Mencionou que esta vive a 100% das suas receitas e que há empresas municipais deste sector em Portugal e muitas são das melhores que existem em Portugal, superiores a muitas privadas. Acrescentou que, como em todas poderá haver perigos e inconvenientes, mas que a Empresa Municipal é uma excelente solução.-----

--- Para terminar, referiu que é perfeitamente adequado e, não vê que seja impossível, a criação de uma nova Empresa, mas que se for, por razões meramente temporais, não haverá problemas, pois o Plano B é uns Serviços Municipalizados e funcionam na mesma.-----

--- A nível de pessoal, referiu que não se prevêem problemas, relativamente à última intervenção, acerca da possibilidade de privatizar, citou que conhecem bem todas as alternativas de privatização, o que levava a uma discussão longa, a nível mundial menos 20% existem excelentes empresas privada, embora na maioria dos casos, nos países mais desenvolvidos a água é pública e barata. Em sua opinião o salto neste momento seria desnecessário, ou seja, não existe necessidade de capital e não vê neste momento qualquer justificação para chamar de imediato um player privado, pensando que é perfeitamente adequado uma extensão do modelo público que já existe nos SMAS e nos vários Serviços Municipais.-----

Rui Solheiro – Referiu que, a questão de privatizar nesta altura vinha precisamente no sentido contrário àquilo que a CIM pretende, pois o que a CIM pretende é ter qualidade de serviços a





*Handwritten signature and initials: "A. M. 2012" and "C. V. 2012" with a signature.*

preços mais baixos sem necessidade de capital, e um privado entrar neste processo era ir legitimamente para o lucro, o lucro é à custa do preço da tarifa, ou seja, era encarecer o preço a cobrar. Essa matéria é demasiado clara para merecer muito tempo de discussão.-----

--- Relativamente à questão do anúncio da privatização das Águas de Portugal, considera que no sistema de Portugal é muito mais difícil que isso venha a acontecer, pois os Municípios quando aderiram às Águas do Minho e Lima aderiram a uma empresa pública tutelada pelo Ministério do Ambiente que eram as Águas de Portugal e com capitais exclusivamente públicos. Existe um conjunto de empréstimos contratados ao longo destes anos para fazer esse investimento que é no pressuposto, uma empresa totalmente pública, em que os outros accionistas minoritários são simultaneamente accionistas e clientes que são os Municípios.-----

--- Referiu que, em relação à questão da criação, naturalmente que existe uma intenção política do Conselho Executivo de criar uma Empresa deste género, cujos objectivos já foram referidos, pois se não houvesse não estavam há um ano a trabalhar com a KPMG a produzir todo este trabalho, mas que querem que este seja o mais participado possível em termos de clarificação do processo e dos objectivos pretendidos e os caminhos que têm que percorrer, por essa razão é que se realizou este fórum. Mencionou que, este fórum é para debater, para ouvir a opinião de todos, para contributos, pois para decidir terá que ser o Conselho Executivo com todos os Municípios, em todas as Assembleias Municipais e por fim na Assembleia Intermunicipal, ou seja, não existe nenhuma decisão formal, existe sim uma intenção política claramente assumida e a vontade de que participem o máximo não só da Assembleia Intermunicipal e do Executivo, mas outros agentes do Alto Minho num processo que não será fácil, mas que provavelmente é quase obrigatório para defenderem os interesses da população. Frisou que se hoje aderissem ao projecto Águas de Portugal com as Águas do Noroeste estavam a pagar três euros e vinte e três cêntimos por metro cúbico em média. Acrescentou que se construírem esta Empresa Intermunicipal ou Serviços Intermunicipais a proposta é de pagarem dois euros e trinta e cinco cêntimos, existindo uma diferença significativa. Sublinhou que é para servir a população de todo o Alto Minho e não apenas a população que é hoje abrangida pelos sistemas em alta que as Águas de Portugal têm no terreno em parceria com os Municípios. Referiu que não pretende dizer que esta é a única solução, existem soluções alternativas, mas que estarão até ao último dia para escolher a melhor solução e recebendo todos os contributos, concordou que no acordo da TROIKA, refere que não se criam mais empresas municipais, mas poderá criar-se uns Serviços Intermunicipalizados, pois o que interessa são os objectivos, o conteúdo e não a forma, pois a forma existe sempre maneira de se contornar.-----

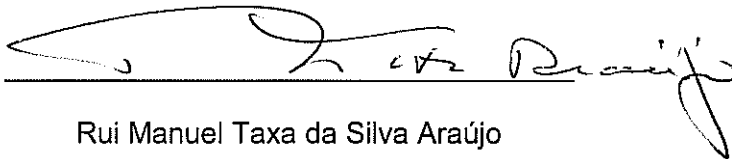
---Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por terminada a Assembleia Extraordinária, agradecendo ao Professor Poças Martins e à equipa da KPMG pela presença, agradecendo também ao Senhor Presidente da Câmara de Paredes de Coura a forma como



foram recebidos. -----

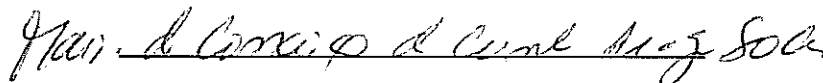
--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, há-de ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia



Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

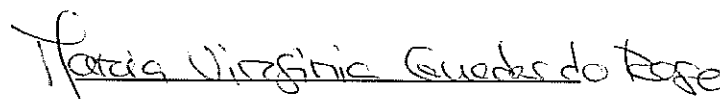


Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia



Abel Nunes Lopes



Maria Virgínia Guedes do Rego